



O PROVIDOR DE JUSTIÇA

23 MAI 2006 000170

S.^a Ex.^a
a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde
Av.^a João Crisóstomo, 9 – 4.^o
1049 - 062 LISBOA

PROTOCOLO

Vossa Ref.^a
Of.º 5116

Vossa Comunicação
11.05.2006

Nossa Ref.^a
Proc.º R – 5223/01 (A2)

Assunto: *Reclamações apresentadas pelo SIFAP – Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos e pelo SINPROFARM – Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia. Regime de acesso à profissão de técnico de farmácia.*

RECOMENDAÇÃO N.º 4/A/2006

(Artº 20º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 9/91, de 9 de Abril)

I

- Enunciado -

1. A queixa que deu origem à abertura do processo supra referenciado, apresentada em 24 de Outubro de 2001, versa sobre o regime jurídico de acesso à profissão de técnico de farmácia, instituído pelo Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de Agosto e sobre a sua repercussão na vigência do registo de prática que até então permitia aos ajudantes técnicos de farmácia o acesso à profissão.
2. De acordo com a posição assumida na queixa, a entrada em vigor daquele diploma implicou a revogação do regime do registo de prática, uma vez que ao instituir a profissão de *técnico de farmácia* estabeleceu como requisito de acesso a detenção de determinadas habilitações académicas distintas da experiência profissional.
3. Nestes termos, não poderia o INFARMED¹ continuar a aceitar a inscrição de novos ajudantes técnicos com base no registo de prática, como o vinha fazendo após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de Agosto.

¹ Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento.